
POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO DE PORTUGAL QREN 2007-2013

(30 de junho de 2013)



QREN

2007-2013

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Fatores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Fatores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, aprovada pela Comissão Europeia, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

I. O QREN NA REGIÃO CENTRO

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é o sistema de financiamento da política regional europeia, para o período de programação de 2007 a 2013, em Portugal. As prioridades estratégicas do QREN foram definidas a partir do diagnóstico da situação económica e social do país e estão direcionadas, em primeiro lugar, para o aumento da coesão e da competitividade da economia portuguesa através de dois vetores fundamentais: a melhoria do capital humano e o investimento em inovação, investigação e desenvolvimento (em particular investimento privado). Estas prioridades baseiam-se assim em vários desafios para o país e para as regiões, nomeadamente apostar na promoção da qualificação dos recursos humanos e no crescimento sustentado, garantir a coesão social, assegurar a qualificação do território e das cidades e aumentar a eficiência da governação.

Na Região Centro, até ao final de junho de 2013, foram aprovados cerca de 16 mil projetos, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), com um investimento previsto de 9,8 mil milhões de euros e uma comparticipação aprovada de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 5,7 mil milhões de euros (Quadro 1¹). Os fundos comunitários têm associado um efeito multiplicador uma vez que impulsionam um valor superior de investimento, sendo este efeito positivo que potencia o desenvolvimento e o aumento da competitividade regional. Até à data, face aos valores totais aprovados de fundos comunitários do QREN, este efeito multiplicador era de 1,7 na região, ou seja, por cada euro de fundos comunitários aprovados era gerado na região cerca do dobro desse valor em investimento. O valor deste coeficiente multiplicador tem tido nos últimos meses o valor mais baixo desde o início do QREN, o que se deve ao aumento das taxas de cofinanciamento resultantes da aplicação dos memorandos de entendimento e da reprogramação financeira dos programas operacionais.

Nesta data, a região apresentava uma taxa de realização média de 65,1% relativa aos fundos comunitários aprovados no QREN. Esta taxa diferia bastante entre os vários programas, variando entre 48,1% nos projetos aprovados no PO FC e 80,6% nos do PO PH.

¹ Os quadros são disponibilizados nos Anexos.

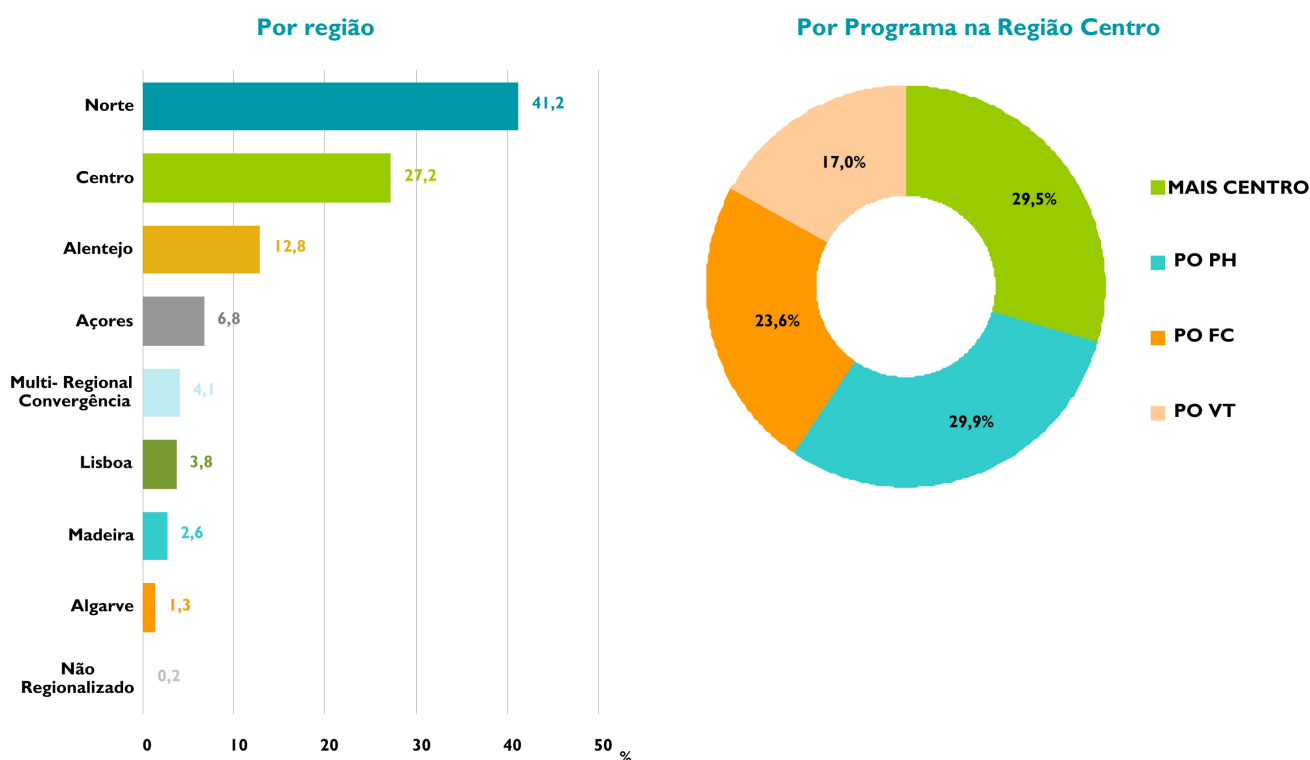
27% do total de fundos comunitários do QREN são destinados a projetos na Região Centro

A absorção de fundos comunitários do QREN pelas regiões portuguesas destacava, desde praticamente o início do QREN, a Região Centro como a segunda maior beneficiária, concentrando 27,4% do total de fundos aprovados no país (Quadro I). No que respeita aos fundos aprovados no país por programa operacional temático, a posição regional era mais forte no caso do PO FC em que o peso da região no total de aprovações nacionais ascendia a 37,1%.

Relativamente às aprovações na Região Centro, continua a manter-se o predomínio dos fundos comunitários aprovados pelo PO PH (29,9%) e pelo Mais Centro (29,5%).

Em termos da execução nestes programas, a situação é muito semelhante. A despesa validada de fundos comunitários na Região Centro representava 27,2% do total nacional, sendo assim também a segunda região com maior nível de execução (Figura I). Também ao nível da distribuição por Programa da despesa validada na Região Centro, se verificava a importância relativa do PO PH e do Mais Centro, que concentravam, em conjunto, mais de 65,8% do total executado na região (37,0 no caso do PO PH e 28,8% no do Mais Centro).

Figura I. Distribuição dos fundos comunitários executados no QREN



(30 de junho de 2013)

Região Centro continua a ser a segunda maior beneficiária do país em todos os programas operacionais temáticos

Para além do programa regional – Mais Centro, os agentes regionais podem ainda candidatar os seus projetos a fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão através dos Programas Operacionais Temáticos.

No âmbito do Programa Operacional temático Fatores de Competitividade, no final de junho de 2013, encontravam-se aprovados 1,4 mil milhões de euros de FEDER, o que representava 37,1% do total aprovado no país (Quadro 2). A conjuntura atual tem, no entanto, dificultado uma maior execução por parte das empresas já que não conseguem aceder ao crédito para financiamento do investimento não participado. Mais de metade do valor aprovado e realizado neste programa operacional são projetos de inovação. Simultaneamente, destaca-se o peso que estes assumem no todo nacional já que 43,6% do valor de FEDER aprovado no regulamento Incentivos à Inovação (SI Inovação) se refere a projetos na Região Centro. São ainda de destacar os valores aprovados em projetos de Engenharia Financeira, de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

O Programa Operacional Valorização do Território tinha aprovado, no final de junho de 2013, 975 milhões de euros de fundos comunitários para cofinanciamento de projetos na Região Centro. Mais de metade deste valor de aprovações respeitava a projetos no âmbito da Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário e da Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento (Quadro 3). A região destacava-se ainda pela capacidade de absorver grande parte dos fundos nacionais destinados a projetos de Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental, Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, Infraestruturas e Equipamentos Desportivos e Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (com valores superiores a 50%). Já em termos de realização do que se encontra aprovado, destacam-se os projetos de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos e Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário.

No caso do Programa Operacional Potencial Humano, no final do primeiro semestre de 2013, estavam aprovados 1,7 mil milhões de euros de FSE na Região Centro, ou seja, 29,5% do total aprovado no país (Quadro 4). Os maiores valores de aprovações destinaram-se a Cursos Profissionais, Cursos de Educação e Formação de Adultos e a Formações Modulares Certificadas que, no seu conjunto, concentravam quase metade do total de FSE aprovado. Este investimento nestas áreas é crucial na medida em que permite maior formação da população jovem e, simultaneamente, um reforço da qualificação da população adulta ativa, o que é hoje fundamental para a aquisição de novas competências necessárias à renovação do perfil de especialização produtiva. Grande parte dos regulamentos do PO PH apresenta uma taxa de realização bastante elevada, sendo de destacar os projetos aprovados no âmbito do reequipamento dos estabelecimentos de ensino, da qualificação dos profissionais do setor da educação e dos estágios profissionais na administração pública local que se encontram totalmente realizados.

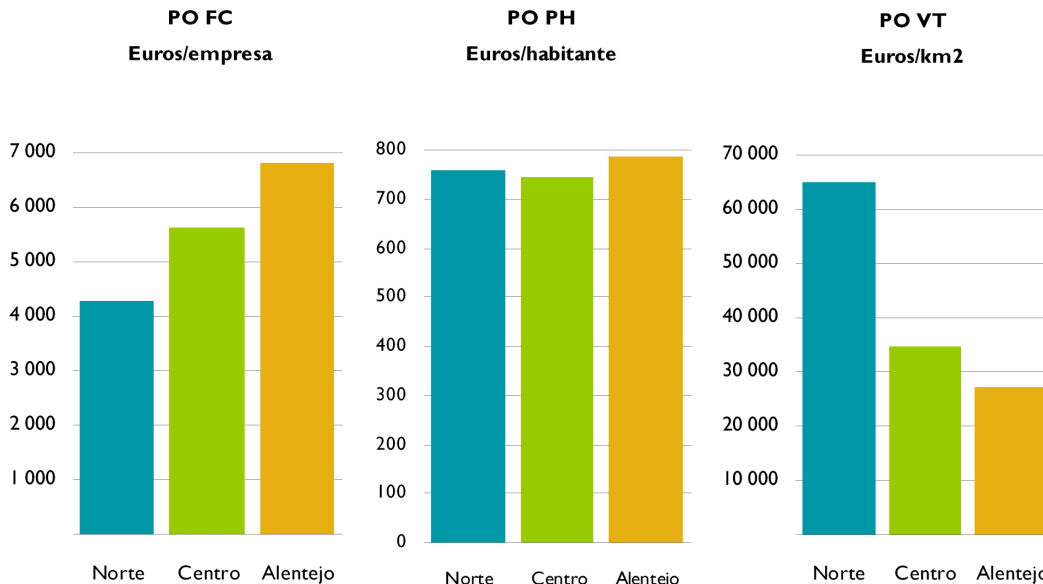
Apesar da capacidade da região em absorver fundos comunitários nacionais ser distinta entre os vários programas operacionais, em todos eles a Região Centro era a segunda maior beneficiária.

Região Centro evidenciava uma boa intensidade de apoio de fundos comunitários

As intensidades regionais de apoio do QREN referentes ao volume de aprovações podem ser medidas através da relativização dos valores dos fundos comunitários aprovados por diferentes variáveis: no PO PH pela população residente na região, no PO FC pelo número de empresas com sede na região e no PO VT pela área territorial que ocupa a região. A intensidade de apoio nas regiões fora do objetivo convergência é muito reduzida dada a menor expressão do seu envelope financeiro, sendo assim relevante comparar o desempenho da Região Centro apenas com as regiões de convergência.

As disparidades das regiões de convergência, medidas pelas intensidades de apoios do QREN, eram significativas nos casos do PO FC e do PO VT. No PO PH as intensidades de apoio regional não registavam diferenças muito significativas, variando entre 745 euros por habitante na Região Centro, em que assumia a intensidade mais baixa, e 788 euros por habitante no Alentejo (Figura 2). No PO VT e no PO FC, a Região Centro evidenciava uma boa intensidade de apoio. No caso do PO FC, o Alentejo evidencia uma intensidade de apoio superior à do Centro, para a qual contribuía a aprovação de alguns projetos com grande investimento público numa região com reduzida densidade populacional e empresarial. Já no PO VT, o valor mais elevado da relativização entre os fundos aprovados e a área territorial registava-se na região do Norte, o que é justificado pelos fundos aprovados envolvidos nos projetos de infraestruturas de conectividade (Metro do Porto e Autoestrada Transmontana).

Figura 2. Indicadores relativizados da distribuição de fundos comunitários aprovados nas regiões convergência do Continente



(30 de junho de 2013)

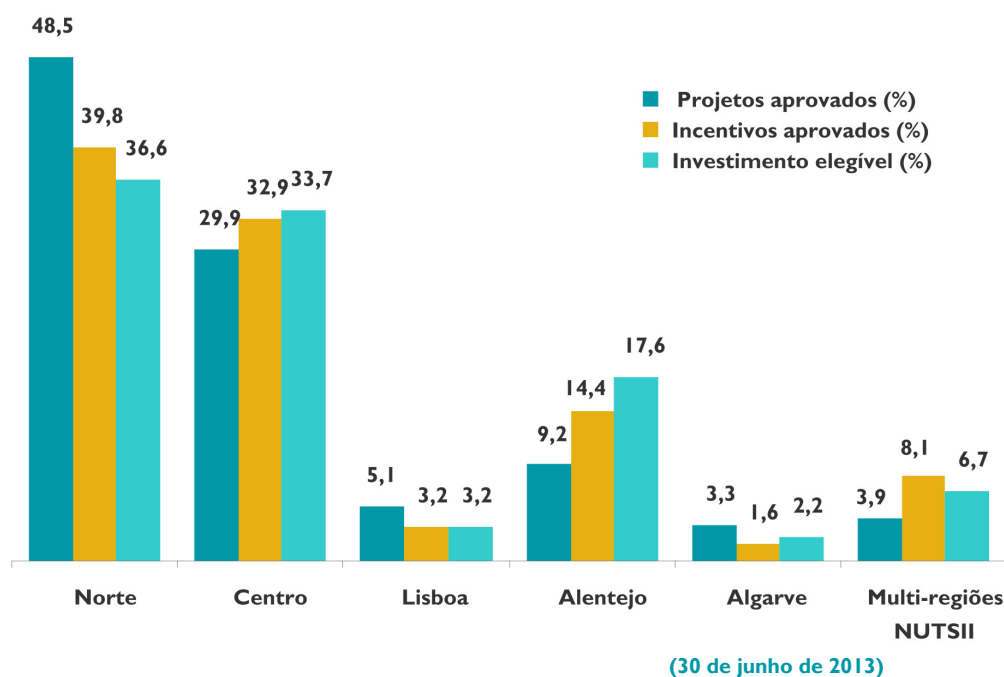
2,9 mil projetos empresariais aprovados na Região Centro

O desempenho da Região Centro na Agenda Temática da Competitividade no âmbito do QREN tem sido muito positivo ao longo do período de programação do QREN, o que se afere pelo seu posicionamento relativo face às restantes regiões, nomeadamente no que é relativo aos Sistemas de Incentivos e à dinâmica empresarial na região.

No final do primeiro semestre de 2013, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 2.904 projetos empresariais na Região Centro. Estes projetos são comparticipados pelo Mais Centro e pelo PO FC com um incentivo de 1,2 mil milhões de euros relativo a de 2,8 mil milhões de euros de investimento elegível. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 32,9% do total de incentivos aprovados e 33,7% do total de investimento elegível (Figura 3).

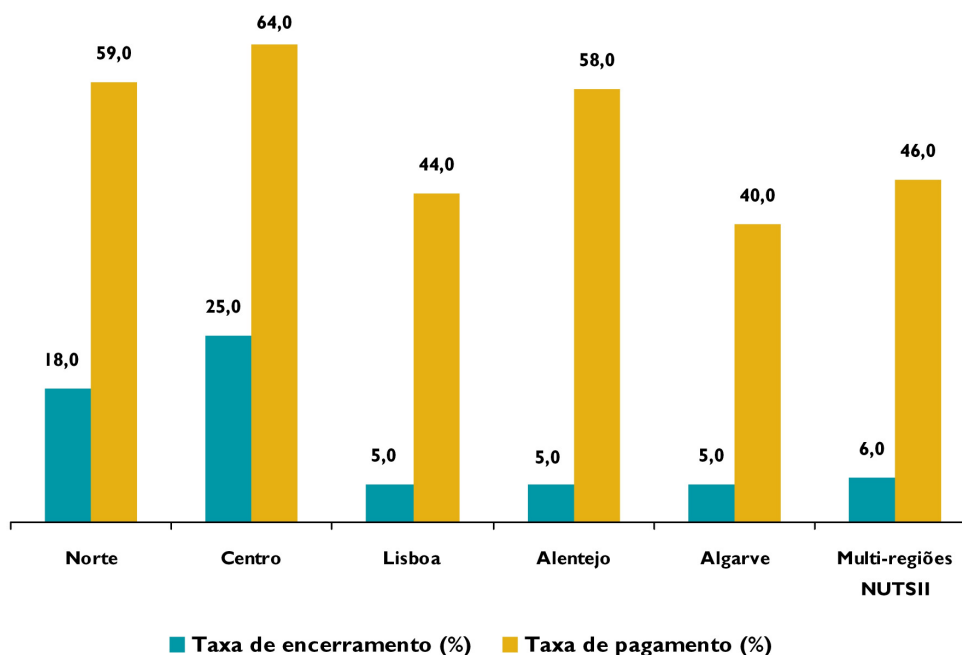
À semelhança do que se tem observado anteriormente, o peso dos incentivos aprovados às empresas na região manteve-se superior ao peso do número de projetos aprovados, o que não acontecia em todas as outras regiões e que aponta para uma elevada dimensão média dos projetos empresariais regionais.

Figura 3. Incentivos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



Apesar de estarem aprovados quase três mil projetos no Centro, encontravam-se contratados 2.206 e destes apenas 401 se encontravam encerrados nesta data. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 25% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 64% (Figura 4). É contudo de ressaltar que os valores registados nestes indicadores foram os mais elevados entre as várias regiões do Continente.

Figura 4. Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade



(30 de junho de 2013)

Os pagamentos aos beneficiários dos sistemas de incentivos eram já de 668 milhões de euros, o que significava uma taxa de realização de 64%. Deste valor de pagamentos a promotores da região, mais de 190 milhões de euros respeitavam a projetos financiados pelos sistemas de incentivos do programa operacional regional Mais Centro. Este volume de recursos financeiros do programa regional permitiu já apoiar na região, até à data, 1.107 empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, das quais 159 são novas empresas/start-up e 80 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Durante o ano de 2013, foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). À data de 30 de junho de 2013, estavam aprovados 82 projetos na Região Centro. Dada a natureza deste regulamento, estes projetos envolvem investimentos reduzidos, estando aprovados cerca de 1,8 milhões de euros de investimento elegível e 1,4 milhões de euros de FEDER.

Apesar de não serem o único instrumento de política pública, os sistemas de incentivos do QREN, têm assumido grande importância no financiamento de investimentos empresariais na região, nomeadamente daqueles que se encontram alinhados com os objetivos estratégicos deste quadro estratégico (como os investimentos empresariais de inovação, de internacionalização, dotadores de qualificação e diferenciação).

Litoral da região apresentava os maiores valores de aprovações e de pagamentos de incentivos às empresas

Ao nível sub-regional, os maiores valores de incentivo aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade registavam-se nas regiões que registam das maiores densidades empresariais: Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral (322, 214 e 187 milhões de euros, respetivamente). No entanto, com valores ainda elevados de incentivo aprovado encontravam-se o Oeste e Dão-Lafões. Estas cinco sub-regiões, ou seja, quase metade das sub-regiões da Região Centro, concentravam 77,6% do total de incentivos aprovados. A este valor não era, contudo, indiferente o facto de, segundo dados do INE, serem estas as sub-regiões com maior número de empresas sedeadas na Região Centro (Figura 5). Analisando os pagamentos efetuados aos beneficiários verifica-se que as empresas destas sub-regiões evidenciam bons níveis de realização (Figura 6).

Figura 5. Incentivo às empresas aprovado no âmbito da Agenda da Competitividade

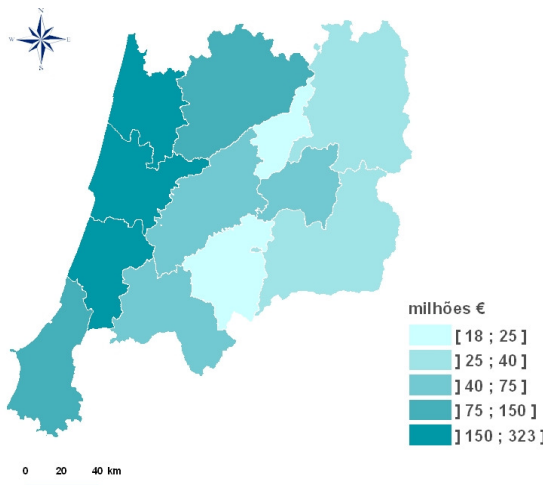
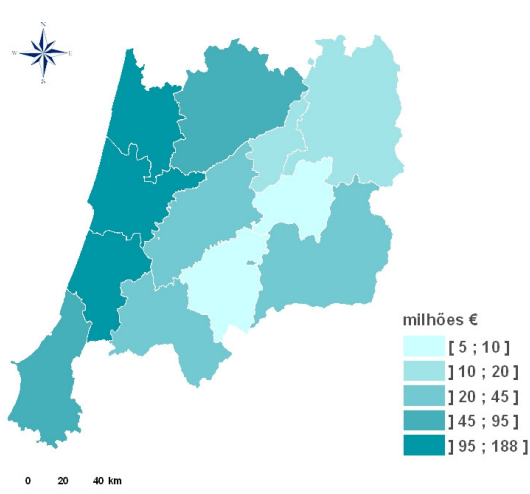


Figura 6. Pagamentos às empresas no âmbito da Agenda da Competitividade



(30 de junho de 2013)

2. O MAIS CENTRO

2.1 Indicadores Gerais

1,7 mil milhões de euros de FEDER para investimentos na região aprovados no Mais Centro

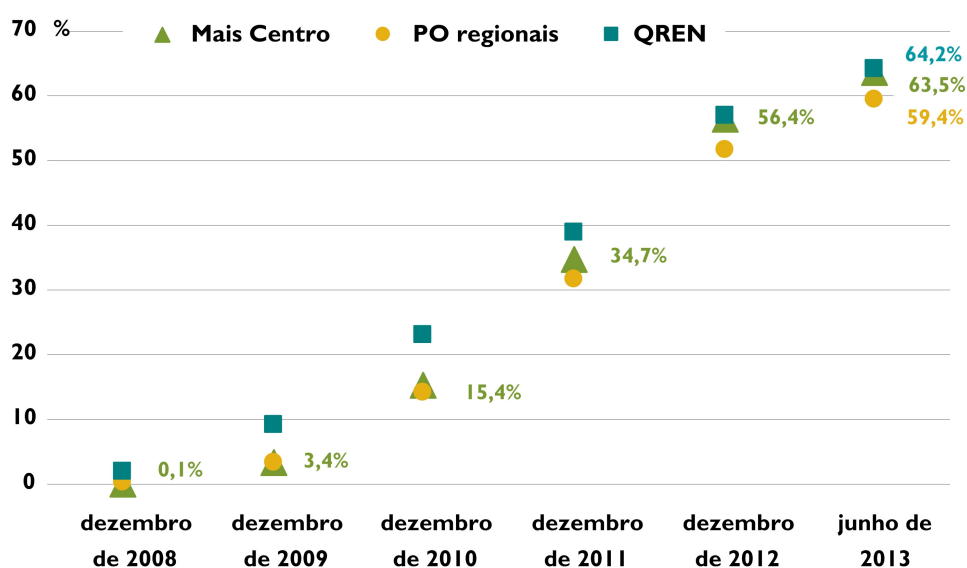
Até ao final de junho de 2013, contabilizavam-se 3.889 mil candidaturas aprovadas no Mais Centro (mais 591 do que em final de 2012). O FEDER aprovado e envolvido nestes projetos era de 1.695 milhões de euros (Quadro 5), o que representava um aumento de 49 milhões de euros neste semestre. Nesta fase do período de programação, em que o compromisso é já quase 100%, o aumento do valor de FEDER aprovado tem naturalmente diminuído.

Do valor total de fundo comunitário FEDER programado para o Mais Centro para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.696,6 milhões de euros), encontrava-se comprometido 99,9% desse valor no final de junho (Quadro 6). A despesa

validada de FEDER no Mais Centro representava 63,5% desta dotação, ascendendo a 1.076,5 milhões de euros. Os pagamentos aos beneficiários continuavam ligeiramente superiores à despesa já validada, atingindo 1.106,1 milhões de euros. A taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) era de 65,3%.

A taxa de execução do Mais Centro mantinha-se acima da registada pelos diferentes PO regionais do Continente (média de 59,4%) e muito próxima da taxa de execução global do QREN (64,2%). Nos últimos seis meses, a taxa de execução aumentou 7,1 p.p., o que se deveu a um crescimento da despesa validada de 119,2 milhões de euros (Figura 7).

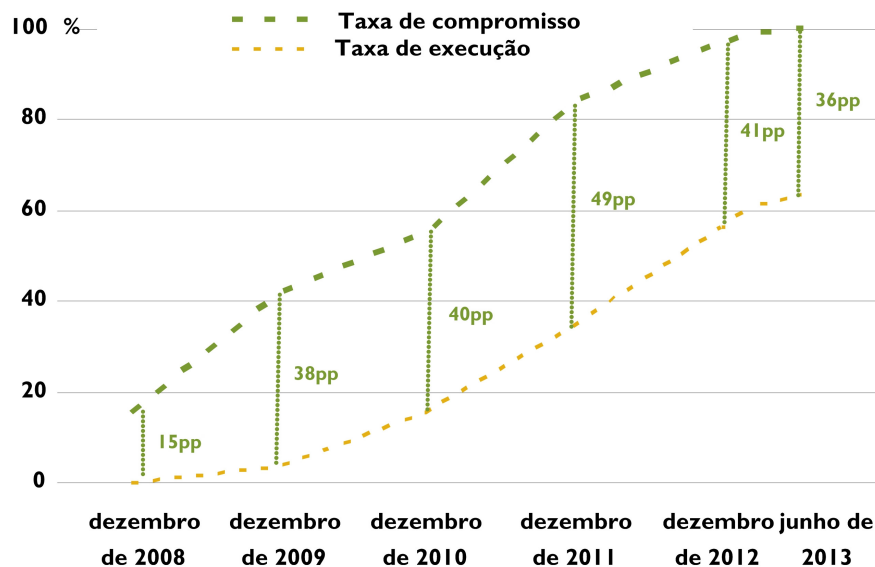
Figura 7. Taxa de execução do Mais Centro



Também as taxas de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) e de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) no Mais Centro registavam os valores mais elevados entre as regiões do Continente (63,5% e 65,3%, respetivamente).

Tal como ocorre em todos os programas operacionais, os níveis de compromisso do Mais Centro mantêm-se bastante acima dos níveis de execução (Figura 8). A 30 de junho de 2013, o diferencial era de 36 p.p., valor inferior aos dos últimos anos. Estando acima do diferencial médio do QREN (34 p.p.), está bastante aquém do verificado nos projetos cofinanciados com FEDER (42 p.p.) e nos apoiados pelos outros PO regionais.

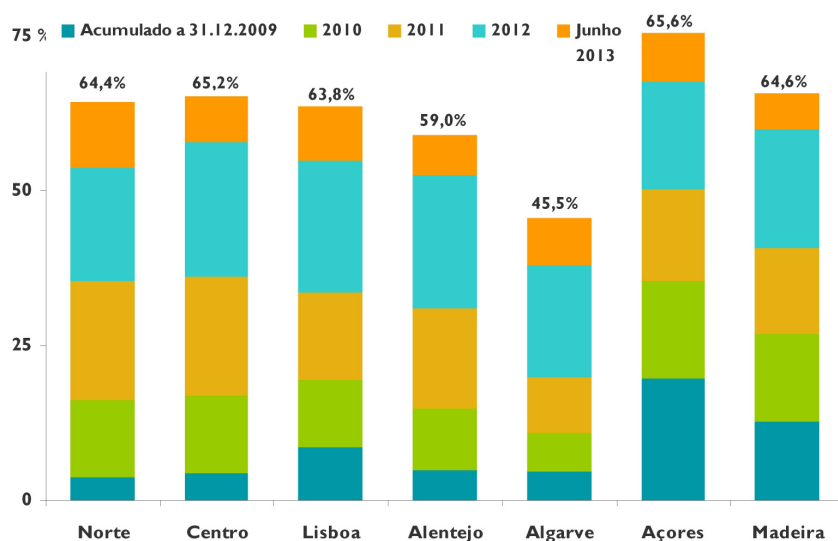
Figura 8. Evolução do diferencial entre a taxa de compromisso e a taxa de execução do Mais Centro



Portugal continuava com uma posição de destaque entre os países da União Europeia no que respeita ao volume de pagamentos intermédios, apresentando um rácio de 62% entre os pagamentos intermédios de FSE, FEDER e Fundo de Coesão e a dotação total de fundos, sendo a média europeia de 44%.

Relativamente ao total da dotação apenas de FEDER para cada PO regional, o Mais Centro mantinha-se como o programa do Continente com maior valor relativo de pagamentos aos promotores de projetos regionais (Figura 9). Mais de 65% do envelope financeiro do Mais Centro encontrava-se pago.

Figura 9. Rácio entre os pagamentos efetuados a beneficiários de FEDER nos PO regionais e o valor da dotação financeira para 2007-2013



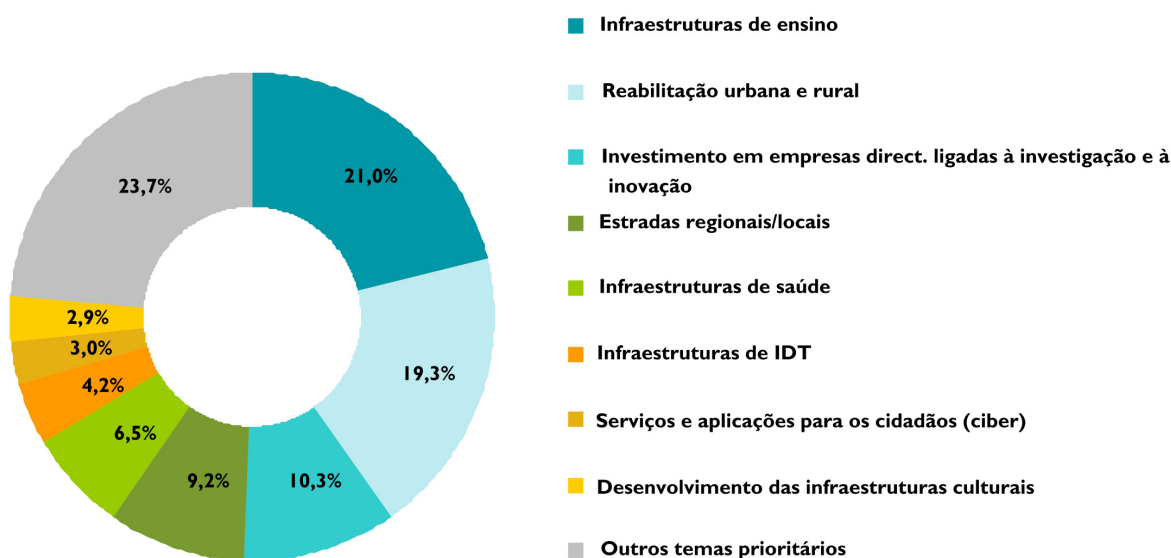
Investimentos no parque escolar e na reabilitação urbana e rural são os que têm maiores níveis de execução no Mais Centro

A análise do fundo comunitário FEDER já realizado e validado no Mais Centro, repartido pelos temas prioritários tipificados pela Comissão Europeia, destacava o investimento nas infraestruturas de ensino e na reabilitação urbana e rural (Figura 10). No caso das infraestruturas de ensino, até à data, foram apoiados, em termos de construção ou requalificação, 220 estabelecimentos de ensino, dos quais 203 eram centros escolares e escolas do 1º ciclo do ensino básico e os restantes 17 eram escolas dos 2º e 3º ciclos.

Com um peso no total de FEDER validado a rondar os 10%, destacavam-se também os projetos de investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e inovação e em estradas regionais e locais.

Os oito temas prioritários com maior peso no total de FEDER já executado (num total de 86 temas tipificados pela Comissão Europeia) concentravam 76,3% do total de fundo validado no Mais Centro, incluindo ainda investimentos em estradas; infraestruturas de saúde, culturais e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e em serviços e aplicações para os cidadãos.

Figura 10. Fundo executado no Mais Centro por tema prioritário



Fonte: Regulamento CE 1083/1828 que tipifica 86 temas prioritários.

(30 de junho de 2013)

Execução mais elevada no Baixo Mondego e Baixo Vouga

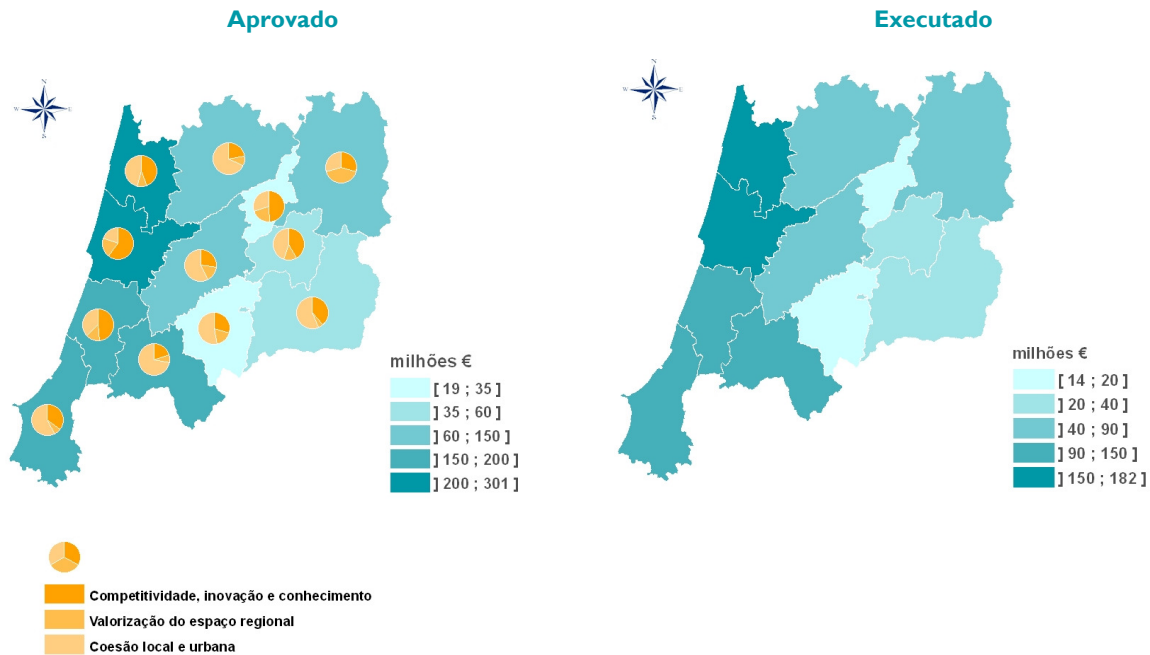
No final de junho de 2013, as sub-regiões com maior valor de fundo comunitário aprovado no âmbito de projetos candidatados ao Mais Centro eram o Baixo Mondego e o Baixo Vouga, que concentravam 36,9% do total (Figura 11). Em conjunto com Médio Tejo, Oeste e Pinhal Litoral, estas cinco sub-regiões referidas aprovavam uma parcela muito significativa do total de FEDER do Programa Regional até esta data (68,6%).

Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, observava-se uma maior concentração de aprovações nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Estes eixos eram os que registavam maior valor

de FEDER atribuído às operações aprovadas em todas as sub-regiões da Região Centro, com exceção da Beira Interior Norte em que a Valorização do espaço regional (eixo 2) tem assumido maior importância.

No que respeita à execução, os maiores valores de despesa validada, observavam-se também no Baixo Mondego e no Baixo Vouga. Acima dos 90 milhões de euros de despesa já validada de fundo comunitário encontravam-se os projetos no Médio Tejo, Oeste e Pinhal Litoral.

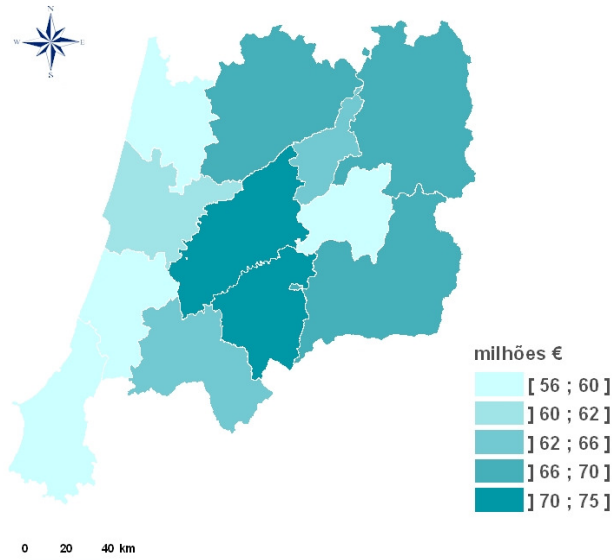
Figura 11. Fundo comunitário atribuído aos projetos no âmbito do Mais Centro



(30 de junho de 2013)

Relativamente à taxa de realização, ou seja, ao peso do fundo executado (avaliado pelo montante de despesa validada) no total de fundo comunitário aprovado, os maiores valores respeitavam a promotores com projetos nas sub-regiões Pinhal Interior Sul (74,0%) e Pinhal Interior Norte (71,9%). Com menor capacidade de aplicação dos fundos comunitários, encontravam-se o Oeste, Cova da Beira, Pinhal Litoral e Baixo Vouga, sendo que algumas destas sub-regiões tinham um elevado valor de fundo aprovado (Figura 12).

Figura 12. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) no âmbito do Mais Centro



(30 de junho de 2013)

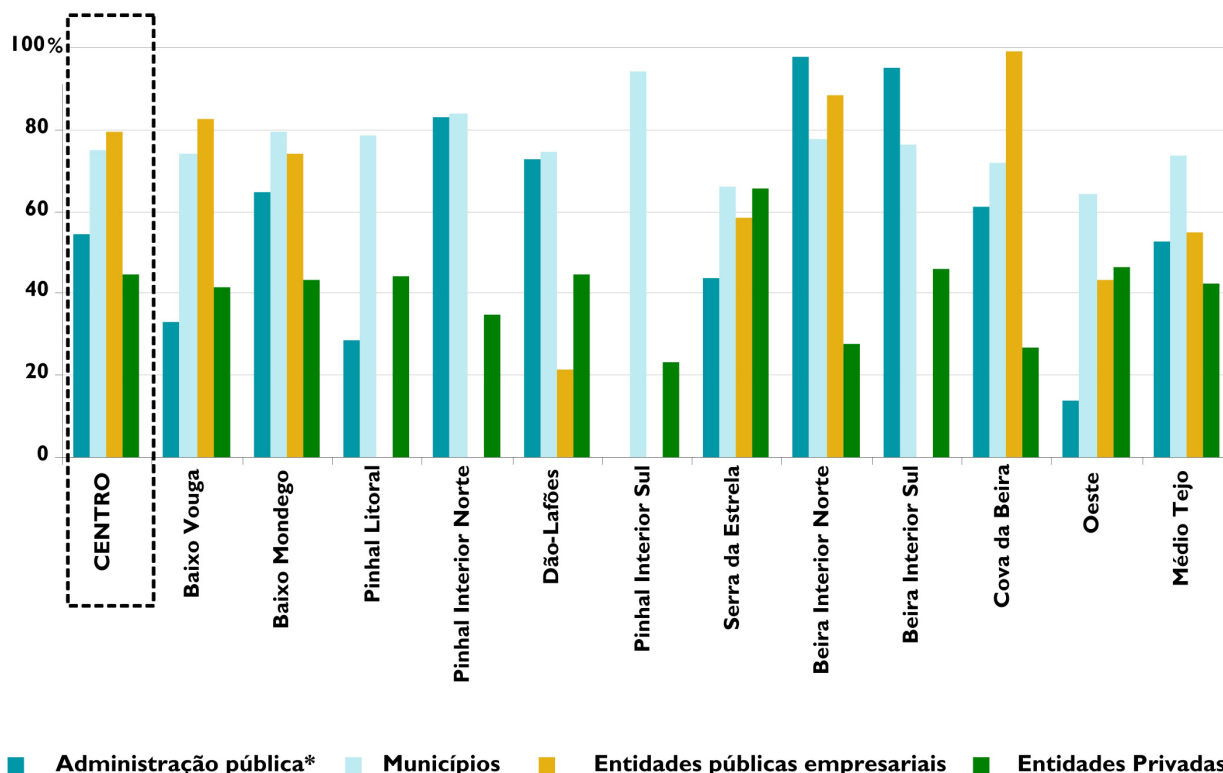
Empresas públicas são as entidades promotoras com maior realização na região

Analisando a capacidade de realização das entidades beneficiárias/promotoras² na Região Centro, verificava-se que o maior valor de taxa de realização era registado pelas entidades públicas empresariais e pelos municípios com 79,5% e com 74,8% (Figura 13).

O predomínio destas duas categorias de entidades beneficiárias era extensível a dez das doze NUTS III da Região Centro, excetuando-se assim a Beira Interior Norte e a Beira Interior Sul em que é a administração pública que tem tido maior capacidade de aplicação dos fundos aprovados. Já as entidades públicas empresariais eram as entidades que mais realizavam no Baixo Vouga e na Cova da Beira e os municípios nas restantes oito sub-regiões.

² As entidades públicas empresariais correspondem a empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo setor público, incluindo as empresas de âmbito municipal, intermunicipal ou regional (exemplos: hospitais e centros hospitalares (EPE); empresas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água; sociedades Polis). As entidades públicas empresariais aparecem individualizadas, apesar de serem de administração indireta do Estado. A entidade promotora municípios engloba os municípios, as juntas de freguesias, as associações de municípios ou ainda as comunidades intermunicipais. No caso da administração direta são essencialmente direções regionais ou serviços periféricos como as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), enquanto no caso da administração indireta se trata de universidades, hospitais públicos e institutos públicos.

Figura 13. Taxa de realização (fundo validado ou executado/fundo aprovado) dos projetos no âmbito do Mais Centro por entidade beneficiária/promotora



* Administração pública de administração direta e indireta e ensino superior.

(30 de junho de 2013)

2.2 Contratualização e Comunidades Intermunicipais (CIM)

577 milhões de euros de FEDER aprovados no Mais Centro no âmbito da contratualização com as CIM

No âmbito das subvenções contratualizadas³ entre as Associações de Municípios (sob a forma de Comunidades Intermunicipais) e o Mais Centro, aprovaram-se até ao final de junho de 2013 um total de 678 candidaturas, a que correspondia um investimento total previsto de 812 milhões de euros e um valor de FEDER de 577 milhões de euros (Quadro 7). O valor de FEDER aprovado no âmbito das CIM representava já cerca de 94,7% do total de FEDER contratualizado com estas Associações de Municípios para o período 2008-2013, tomando como referência os valores iniciais acrescidos dos reforços e dos valores de projetos de educação.

Relativamente à aplicação destas subvenções contratualizadas, a despesa validada de FEDER era de 467,2 milhões de euros em junho de 2013, o que se traduzia numa taxa de realização média das CIM (FEDER validado/FEDER aprovado) de 81,0%. Com maior capacidade de realização destacam-se, por um lado, a Beira Interior Sul com a taxa mais elevada e, por outro, o Oeste

³ Importa sublinhar que, na região Centro, existem 12 NUTS III, mas apenas 11 CIM (a Comurbeiras abrange as NUTS III Beira Interior Norte e Cova da Beira) e 10 contratos de subvenção global pois existe um contrato conjunto para o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul. Por comodidade de linguagem, utiliza-se aqui a designação CIM para os contratos de subvenção global.

com a mais reduzida. O peso que a despesa validada assume no total contratualizado com as CIM para o período de 2008 a 2013 era de 76,7%.

Investimentos na requalificação do parque escolar concentram 41% do valor de FEDER validado nos contratos com as CIM

No âmbito da contratualização com as CIM, o regulamento relativo à temática da Educação (requalificação do parque escolar) concentrava cerca de 41% do total de FEDER quer aprovado quer validado no final de junho de 2013 (Quadro 8). Nesta data, todas as CIM têm o regulamento da Educação contratualizado com o Mais Centro, sendo de destacar o predomínio que este regulamento assumia em termos de FEDER no Oeste e no Médio Tejo/Pinhal Interior Sul (68% e 54% do total aprovado em cada uma destas CIM).

Quanto à taxa de realização média das CIM da Região Centro (FEDER validado/FEDER aprovado) evidenciavam-se algumas diferenças de realização no regulamento Educação e no conjunto dos restantes. No entanto, apenas no caso das CIM do Pinhal Interior Norte, Baixo Vouga, Beira Interior Sul e Pinhal Litoral, a execução do conjunto dos restantes regulamentos era superior à dos investimentos apenas no parque escolar.

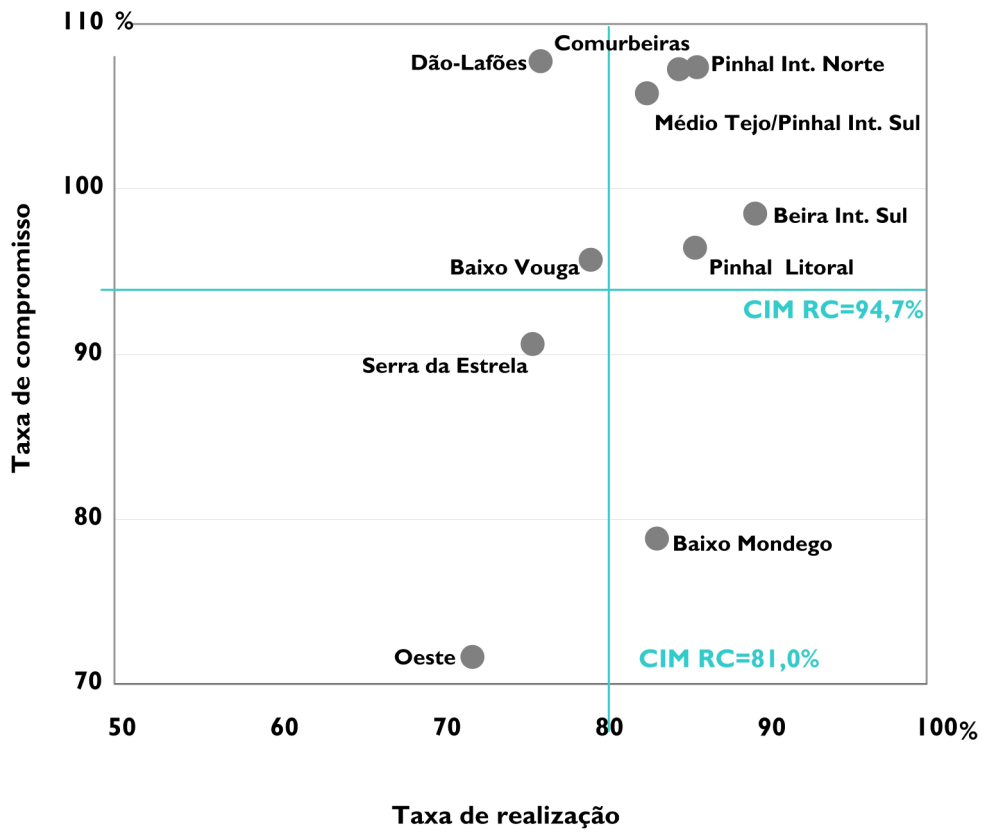
Excluindo o regulamento Educação, observava-se que na maior parte das CIM (oito das dez), o maior valor de FEDER aprovado se destinava a investimentos em mobilidade territorial. Apenas no Baixo Vouga e no Pinhal Interior Norte havia maior valor aprovado em equipamentos para a coesão local (Quadro 9). Já no que respeita à execução, é apenas a CIM do Baixo Vouga que verifica níveis de despesa validada superiores nos investimentos em equipamentos para a coesão local, sendo que todas as restantes o registam na mobilidade territorial (Quadro 10).

Cinco CIM apresentam taxas de compromisso e de realização acima da média regional

Da análise comparativa das CIM da Região Centro, em termos da taxa de realização (despesa executada no total de FEDER aprovado) e da taxa de compromisso (fundo aprovado no total de FEDER contratualizado para o período 2008-2013), destacavam-se quatro grupos de sub-regiões (Figura 14):

- as que registavam simultaneamente uma taxa de compromisso (aprovação) e uma taxa de realização acima da média das CIM da Região Centro, ou seja, em que os projetos aprovados, apesar de representarem já um elevado peso no total de fundo contratualizado, apresentavam também um montante de despesa validada em relação ao fundo aprovado superior à média regional: Pinhal Interior Norte, Comurbeiras, Médio Tejo/Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul e Pinhal Litoral;
- contrastando com a situação anterior, as CIM que registavam uma taxa de realização baixa e, simultaneamente, reduzidas taxas de compromisso: Serra da Estrela e Oeste;
- a que tendo baixa taxa de compromisso conseguia executar os projetos que tinha aprovados: o Baixo Mondego e
- as que tinham elevados montantes de fundo aprovado relativamente ao fundo que se encontrava contratualizado mas que apresentavam uma realização aquém da média regional: Dão-Lafões e Baixo Vouga. É de realçar que a CIM do Baixo Vouga era a que tinha maior valor de aprovações e também de despesa validada, sendo, no entanto, a que apresentava taxas de realização e de execução inferiores à média regional.

Figura 14. Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado) e taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo contratualizado) no âmbito das subvenções com as CIM



(30 de junho de 2013)



ANEXOS

Quadro I. O QREN na Região Centro

(30 de junho de 2013)		Região Centro				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	15.994	3.889	9.601	2.210	294
	% do QREN (total) da região	100,0	24,3	60,0	13,8	1,8
Investimento (custo) total	milhões €	9.760	2.605	2.381	3.378	1.395
	% do QREN (total) da região	100,0	26,7	24,4	34,6	14,3
	% do total nacional	28,0	21,9	29,3	38,4	23,4
Investimento (custo) elegível	milhões €	8.683	2.200	2.381	2.879	1.223
	% do QREN (total) da região	100,0	25,3	27,4	33,2	14,1
	% do total nacional	27,8	21,2	29,3	37,7	24,6
Fundo comunitário	milhões €	5.747	1.695	1.718	1.358	975
	% do QREN (total) da região	100,0	29,5	29,9	23,6	17,0
	% do total nacional	27,4	23,0	29,5	37,1	24,4
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	65,1	63,5	80,6	48,1	64,1

Quadro 2. FEDER aprovado no âmbito do PO temático Fatores de Competitividade na Região Centro

	FEDER aprovado		FEDER validado*	FEDER validado/ FEDER aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	789 922,3	43,6	419 992,2	53,17
Engenharia Financeira	122 258,9	33,3	48 604,8	39,76
Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	119 279,4	40,8	58 388,5	48,95
Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	118 095,4	31,9	45 102,0	38,19
Apoio a Ações Colectivas	86 852,7	41,3	37 589,9	43,28
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	71 340,0	26,7	23 891,1	33,49
Apoio à Modernização Administrativa	34 041,3	11,5	7 377,6	21,67
Assistência Técnica	16 691,0	32,0	11 902,9	71,31
TOTAL FATORES DE COMPETITIVIDADE	1 358 480,9	37,1	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(30 de junho de 2013)

Quadro 3. Fundos aprovados no âmbito do PO temático Valorização do Território na Região Centro

	Fundos aprovados		Fundos validados*	Fundos validados/ Fundos aprovados*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário	267 110,2	27,5	222 662,1	83,36
Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento	242 189,9	34,2	73 410,7	30,31
Redes e Equipamentos de Transportes	125 759,7	25,1	0,0	0,00
Infraestruturas para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	69 580,9	51,6	0,0	0,00
Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano	68 380,7	44,9	39 660,6	58,00
Combate à Erosão e Defesa Costeira	51 557,4	30,7	15 860,1	30,76
Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	43 311,9	54,2	38 665,5	89,27
Mobilidade Territorial	36 157,0	9,2	17 534,6	48,50
Prevenção e Gestão de Riscos	26 963,1	19,7	18 074,6	67,03
Recuperação do Passivo Ambiental	21 576,4	32,9	11 029,1	51,12
Otimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	10 413,6	98,5	3 539,0	33,98
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais	4 876,6	20,9	2 615,5	53,63
Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	4 405,4	55,7	1 179,4	26,77
Ciclo Urbano da Água - “vertente em baixa”	2 911,8	7,7	2 291,8	78,71
TOTAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	975 194,7	24,4	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(30 de junho de 2013)

Quadro 4. Fundo Social Europeu aprovado no âmbito do PO temático Potencial Humano na Região Centro

	Fundo aprovado		Fundo validado*	Fundo validado/ Fundo aprovado*
	Total	Peso no total nacional aprovado no regulamento		
	Milhares de euros	%	Milhares de euros	%
Cursos Profissionais	385 354,4	33,9	322 303,2	83,64
Cursos de Educação e Formação de Adultos	244 090,5	30,4	232 476,8	95,24
Formações Modulares Certificadas	174 365,0	29,7	108 556,4	62,26
Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior	158 492,6	40,3	152 224,5	96,05
Cursos de Educação e Formação de Jovens	103 503,6	28,0	92 675,5	89,54
Programa Estágios Profissionais	87 781,3	39,6	61 356,9	69,90
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	75 143,1	26,9	68 833,8	91,60
Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade	73 046,8	45,6	57 172,7	78,27
Programa de Formação Ação	62 912,3	35,2	42 571,2	67,67
Sistema de Aprendizagem	49 909,8	25,5	44 585,4	89,33
Promoção do Emprego Científico	36 575,4	37,6	16 710,2	45,69
Apoios ao Emprego	34 119,0	38,1	24 886,1	72,94
Cursos Básicos do Ensino Artístico e Especializado	33 887,1	37,0	26 874,6	79,31
Formação para a Inovação e Gestão	31 408,6	31,1	26 024,1	82,86
Cursos de Especialização Tecnológica	26 054,1	43,6	13 676,4	52,49
Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social	20 894,9	34,3	8 372,2	40,07
Formação para a Inclusão	17 656,2	39,6	16 742,2	94,82
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo	17 083,7	9,9	11 143,3	65,23
Apoio à Inserção de Desempregados	12 662,8	30,1	5 639,9	44,54
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	9 414,8	21,2	2 684,0	28,51
Estágios Profissionais na Administração Pública Local	8 376,6	38,8	8 376,6	100,00
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	6 838,1	28,7	4 645,1	67,93
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	6 798,2	51,8	3 751,9	55,19
Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiência	6 133,8	45,7	4 454,3	72,62
Reequipamento dos Estabelecimentos de Ensino	5 913,8	37,6	5 913,8	100,00
Qualificação dos Profissionais do Setor da Educação	5 456,8	34,4	5 456,8	100,00
Apoio Técnico e Financeiro às ONG	4 802,8	27,2	3 172,0	66,05
Qualificação para os Profissionais da Saúde	4 018,7	38,2	2 983,4	74,24
Apoio a Consórcios Locais para a promoção da inclusão social de crianças e jovens	2 907,4	14,7	1 779,3	61,20
Qualificação – Emprego	2 556,5	27,1	0,0	0,00
Planos para a Igualdade	2 457,7	35,6	1 106,0	45,00
Qualidade dos Serviços e Organizações	2 355,2	30,4	1 650,8	70,09
Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes	1 661,9	20,5	1 225,8	73,76
Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres	1 446,6	11,9	1 252,2	86,56
Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes	1 113,6	24,9	513,6	46,12
Apoio a projetos de formação para públicos estratégicos	990,2	19,0	673,9	68,06
Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros				
Ações de Formação e Iniciativas de Sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos Imigrantes	160,7	25,4	123,2	76,64
TOTAL POTENCIAL HUMANO	1 718 344,7	29,5	-	-

*Optou-se pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que a desagregação, por tipologia, implique um único projeto associado. Deste modo, estes valores podem estar subvalorizados.

(30 de junho de 2013)

Quadro 5. Aprovações no Mais Centro

		junho 2013	dezembro 2012	junho 2012	dezembro 2011
Aprovações					
Operações	n.º	3.889	3.298	2.928	2.760
Investimento (custo) total	milhões €	2.605,1	2.545,0	2.355,5	2.317,5
Investimento (custo) elegível	milhões €	2.200,1	2.147,5	1.978,3	1.997,2
Fundo comunitário	milhões €	1.694,9	1.645,6	1.444,8	1.428,3

Quadro 6. Execução financeira do Mais Centro

		junho 2013	dezembro 2012	junho 2012	dezembro 2011
Execução financeira					
Despesa validada					
Investimento (custo) elegível	milhões €	1 366,2	1 221,3	985,4	793,2
Fundo comunitário	milhões €	1 076,5	957,4	748,0	590,5
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1 106,1	981,9	760,1	613,1
Indicadores financeiros					
Taxa de compromisso (fundo aprovado/fundo programado)	%	99,9	97,0	84,9	83,9
Taxa de execução (fundo validado/fundo programado)	%	63,5	56,4	44,0	34,7
Taxa de realização (fundo validado/fundo aprovado)	%	63,5	58,2	51,8	41,3
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários/fundo aprovado)	%	65,3	59,7	52,6	42,9
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários/fundo validado)	%	102,8	102,6	101,6	103,8

Quadro 7. Monitorização dos contratos com as Comunidades Intermunicipais no âmbito do Mais Centro

CIM	Aprovação			Execução		
	Candidaturas aprovadas (n.º)	FEDER aprovado (milhões €)	FEDER aprovado/FEDER contratualizado 2008-2013* (%)	FEDER validado (milhões €)	FEDER validado/FEDER aprovado (%)	FEDER validado/FEDER contratualizado 2008-2013* (%)
Baixo Mondego	77	61,7	78,7	51,5	83,4	65,6
Baixo Vouga	102	104,5	95,7	82,9	79,3	75,9
Beira Interior Sul	31	20,7	98,4	18,5	89,6	88,1
COMURBEIRAS	89	49,5	107,2	41,9	84,8	90,9
Dão-Lafões	103	79,1	107,7	60,4	76,3	82,2
Médio Tejo/Pinhalt. Sul	84	86,9	105,8	72,0	82,9	87,7
Oeste	49	63,0	71,6	45,4	72,1	51,6
Pinhalt. Norte	61	53,7	107,3	46,1	85,9	92,1
Pinhalt. Litoral	61	45,3	96,3	38,9	85,8	82,6
Serra da Estrela	21	12,6	90,5	9,6	75,8	68,6
TOTAL	678	577,0	94,7	467,2	81,0	76,7

* Calculado com base no FEDER contratualizado para o período 2008-2013 que inclui os valores iniciais acrescidos dos reforços e dos valores de projetos de educação.

(30 de junho de 2013)

Quadro 8. Indicadores no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais: educação e outros regulamentos

CIM	Total		Educação			Outros Regulamentos		
	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado (%)	FEDER aprovado	FEDER validado	FEDER validado/FEDER aprovado (%)
	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)	(milhões €)	(%)	(milhões €)	(milhões €)	(%)
Baixo Mondego	61,7	51,5	24,0	21,8	90,8	37,7	29,7	78,7
Baixo Vouga	104,5	82,9	50,6	38,6	76,4	53,9	44,3	82,1
Beira Interior Sul	20,7	18,5	5,7	4,9	86,2	15,0	13,6	90,8
COMURBEIRAS	49,5	41,9	6,2	5,9	95,6	43,3	36,0	83,2
Dão-Lafões	79,1	60,4	18,7	14,8	79,2	60,4	45,6	75,4
Médio Tejo/								
Pinhal Int. Sul	86,9	72,0	46,8	39,5	84,3	40,1	32,6	81,2
Oeste	63,0	45,4	42,8	32,5	75,9	20,2	13,0	64,1
Pinhal Int. Norte	53,7	46,1	22,8	18,4	80,9	30,9	27,7	89,6
Pinhal Litoral	45,3	38,9	11,4	9,4	82,8	34,0	29,5	86,7
Serra da Estrela	12,6	9,6	5,1	5,0	97,1	7,5	4,6	61,1
TOTAL	577,0	467,2	234,0	190,8	81,5	343,0	276,5	80,6

(30 de junho de 2013)

Quadro 9. Fundo comunitário aprovado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL	
	milhões €						
Baixo Mondego		3,7	6,9	9,2	4,9	12,9	37,7
Baixo Vouga		11,1	16,5	11,2	9,8	5,3	53,9
Beira Interior Sul		2,1	3,1	7,1	2,7	0,0	15,0
COMURBEIRAS		2,0	7,2	21,3	7,3	5,6	43,3
Dão-Lafões		4,4	3,6	42,5	5,2	4,8	60,4
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul		1,7	5,0	15,4	7,7	10,4	40,1
Oeste		1,5	1,7	8,7	0,5	7,7	20,2
Pinhal Interior Norte		2,9	9,8	9,2	7,5	1,5	30,9
Pinhal Litoral		0,7	8,9	12,3	2,8	9,4	34,0
Serra da Estrela		0,9	0,4	2,2	1,4	2,6	7,5
TOTAL		31,1	63,1	139,0	49,8	60,1	343,0

(30 de junho de 2013)

Quadro 10. Fundo comunitário validado/executado no âmbito dos contratos com as Comunidades Intermunicipais por regulamento (com exceção da educação)

CIM	Áreas de acolhimento empresarial/logística	Equipamentos para a coesão local	Mobilidade Territorial	Valorização e Qualif. Ambiental	Outros excepto Educação	TOTAL
	milhões €					
Baixo Mondego	2,1	5,7	7,0	4,3	10,6	29,7
Baixo Vouga	9,9	12,4	10,4	7,8	3,7	44,3
Beira Interior Sul	2,0	3,0	6,1	2,5	0,0	13,6
COMURBEIRAS	1,4	6,0	18,2	5,4	5,0	36,0
Dão-Lafões	1,6	2,6	33,6	3,4	4,3	45,6
Médio Tejo/Pinhal Int. Sul	1,7	4,2	13,9	7,0	5,7	32,6
Oeste	1,4	1,1	3,1	0,5	6,9	13,0
Pinhal Interior Norte	2,9	7,9	8,8	6,6	1,5	27,7
Pinhal Litoral	0,2	6,9	11,3	2,6	8,4	29,5
Serra da Estrela	0,8	0,4	1,5	1,1	0,8	4,6
TOTAL	24,0	50,2	114,0	41,4	47,0	276,5

(30 de junho de 2013)

SIGLAS E ABREVIATURAS

CIM	Comunidades Intermunicipais
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
ICT	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PCT	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
PO	Programa Operacional
PO FC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PO PH	Programa Operacional Potencial Humano
PO VT	Programa Operacional Valorização do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SI	Sistemas de Incentivos
SCT	Sistema Científico e Tecnológico

CONTACTOS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Observatório das Dinâmicas Regionais do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra

Telefone 239 400 100

observatoriocentro@ccdr.pt

Para informações sobre a situação económica da Região Centro, consultar o “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” em www.ccdrc.pt/boletim. Para obter a informação conjuntural, consultar <http://datacentro.ccdrc.pt>.

Co-financiamento:

